Declaração Política – Pescas e Agricultura
2004/01/20 – José Decq Mota

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Houve na passada semana, conhecimento público de que o Governo Regional vai dar execução efectiva ao parecer do Conselho Regional das Pescas segundo a qual a Região deve contestar junto do Tribunal de Justiça da União Europeia a decisão de liberalizar o acesso às 100 milhas exteriores das 200 milhas da Zona Económica Exclusiva contígua aos Açores.

Das declarações ouvidas ao Senhor Secretário da Agricultura e Pescas sobressai a convicção de que os especialistas convidados a estudar a questão entendem que essa acção judicial contra essa decisão do Conselho Europeu, tomada no âmbito da revisão da Política Comum de Pescas, tem fundamento sólido e possibilidade de fazer vencimento.

O Grupo Parlamentar do PCP não quer deixar de manifestar ao Governo Regional as sua concordância e solidariedade com esta decisão, fundamentalmente porque ela significa que há determinação regional no plano social e no plano político para defender o direito dos nossos recursos pesqueiros serem preservados para poderem ser explorados de forma sustentada em benefício do desenvolvimento económico e social dos Açores.

Não podemos nem queremos deixar de recordar que o Governo da República não só aprovou essa alteração da política comum de pesca, como a considerou mesmo, uma "grande conquista" para Açores.

O Grupo Parlamentar do PCP discorda, em profundidade, da filosofia que enquadra a política comum de pescas, porque essa filosofia não visa pôr recursos europeus globais ao serviço de todos, mas visa, pelo contrário,

possibilitar que aqueles que dispõem de meios de produção massivos e depradadores possam ainda dispor de recursos depois de já terem feito muita e inaceitável depredação.

No quadro desta filosofia são violentamente afastados e prejudicados os que entraram na União Europeia com recursos pesqueiros em estado de razoável equilíbrio biológico, os que utilizam artes de pesca não depredadoras, os que souberam, razoavelmente, gerir os seus próprios recursos.

Ficam afastados e condenados a deixarem de ter pesca como actividade económica significativa.

Não há nada, nem no plano político, nem no plano social, que justifique que Portugal aceite uma tal filosofia para a Política Comum de Pesca.

O Grupo Parlamentar do PCP, ao mesmo tempo que regista o voto de que a atitude agora tomada possa ter um desenvolvimento útil para o futuro da nossa zona de pesca, não quer deixar de chamar a atenção do Governo de que é necessário, no plano interno, realizar uma política de pesca que assegure a gestão racional dos recursos, que melhore as condições de trabalho dos profissionais da pesca e que vise promover do ponto de vista económico e social as comunidades piscatórias e todo o sector.

Prosseguiremos sempre com o desenvolvimento de esforços no sentido de darmos o nosso contributo para que a política regional de pescas seja a mais adequada possível à nossa realidade. Neste sentido este Grupo Parlamentar irá continuar a actuar, promovendo em breve iniciativas de audição do sector, que possam ser, como outras já realizadas, contributos para a tomada de medidas concretas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

A mutilação da nossa Zona de Pesca, com a previsível depredação mais facilitada que provoca, constitui uma das medidas negativas mais salientes contra o equilíbrio da nossa economia produtiva, mas infelizmente não é a única.

A decisão da União Europeia, no âmbito da Revisão da Política Agrícola Comum, de criar um teto de 523 mil toneladas na produção de leite até 2015, constitui um outro gravíssimo atentado contra a possibilidade da nossa economia regional poder crescer de forma convergente com a economia envolvente.

O significado desta medida é muito sério porque tem como consequência a necessidade de fazer diminuir de facto a capacidade produtiva que está

instalada no que toca à produção de leite e fará, a prazo, que a industria importe leite em pó como matéria prima, com visível e óbvia desvantagem para a economia regional, globalmente considerada.

Como muitas vezes temos afirmado não defendemos nem o aumento da manada, nem o aumento da área dedicada à criação de gado bovino. O que defendemos é o direito da produção e da nossa economia beneficiarem de forma plena daquilo que foi conseguindo em termos de modernização e, nesse plano, o que foi melhor conseguido foi a melhoria genética das reses produtoras de leite.

Defendemos, sem hipocrisia, a diversificação agrícola, mas diversificar não significa abandonar ou destruir qualquer sub.sector agrícola.

Aqueles que viram na advertência do 1º Ministro sobre a necessidade de respeitar até 2015 o teto das 523 mil toneladas de leite, um acto de grande generosidade para os Açores, não ignoram que ela apenas significa que o poder central continua a ter em relação a esta economia regional o mesmo tipo de incompreensão que outros Governos da República tiveram. O mais grave de tudo isto é que o facto do Governo deste país ter essa incompreensão se traduz, em última análise, no transporte dessa mesma incompreensão para a União Europeia.

Se Portugal não defende consequentemente a produção leiteira açoriana, não se espere que a União Europeia o faça.

Perante esta situação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, seria um grave erro que a Região Autónoma dos Açores, os seus Órgãos Próprios, as suas forças políticas e as suas forças sociais deixassem vir ao de cima qualquer conformismo ou aceitação da violência que é proibir que se produza o que já se pode produzir.

Pelo contrário, é essencial que a Região Autónoma dos Açores mantenha em aberto esta questão pelo que achamos que a única proposta possível é a dos Açores reclamarem, no âmbito do estatuto da ultraperiferia, a concessão de uma autorização suplementar de produção que corresponda à capacidade produtiva instalada no sector leiteiro.

Se não for hoje, no plano político interno, tomada claramente esta posição, não haverá amanhã quaisquer condições para resolver, a favor dos Açores, esta questão.

Fica, pois, assim claramente lançado o desafio ao Governo Regional.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Defender a nossa economia produtiva é uma condição essencial para o nosso progresso.

Consolidar e desenvolver o que temos e ao mesmo tempo saber abrir novos sectores económicos é o desafio que se nos coloca.

Hipotecar tudo isto em nome de obediências partidárias é um absurdo enorme.

Abandonar essa via por seguidismo para com quem prefere dar subsídios a reconhecer direitos económicos seria outro absurdo igualmente enorme.

Persistir, com fundamento, na nossa reclamação é o caminho que temos e que esperamos seja seguido pelos sectores mais lúcidos da nossa sociedade.

Para o PCP/Açores é absolutamente claro que o Governo da República do PSD/PP não compreende nem dá sinais de querer compreender o que tem que ser defendido para a economia produtiva açoriana.

Para o PCP/Açores é absolutamente claro que só uma lúcida e interveniente actuação regional pode anular essa expressão do centralismo nacional.

Desenvolver todos os esforços para que o Estatuto da Ultraperiferia possa ser aperfeiçoado na futura Revisão do Tratado da União Europeia é um caminho que esta Assembleia não pode, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, deixar de trilhar.

A defesa da nossa economia produtiva da pesca, ao leite, da carne ao açúcar, da floricultura à fruticultura passa, claramente, pela assunção da enorme necessidade que há de que o Estatuto da Ultraperiferia seja um instrumento de defesa de quem, como nós, está muito longe, mas tem como todos os outros, o direito ao desenvolvimento.

Para que o nosso desenvolvimento seja convergente as barreiras levantadas à nossa economia produtiva têm que ser retiradas e isso só se consegue, no âmbito comunitário através de um adequado Estatuto da Ultraperiferia.

Disse.